



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

RIO DE JANEIRO, RJ, 12 DE ABRIL DE 1996

*Senhor Governador do Rio de Janeiro, Marcello Alencar; Senhor Presidente da Academia Nacional de Medicina, professor Rubem David Azulay; Senhores Ministros Adib Jatene e Paulo Renato Souza; Senhores Membros da Mesa; Senhores ex-Presidentes e ex-Secretários da Academia Nacional de Medicina; Senhor Secretário atual; Senhores Acadêmicos; Senhoras e Senhores;*

Ao chegar aqui, neste prédio, e olhar para os quadros que dão o testemunho de que esta Academia tem real origem e foi fundada há 167 anos, eu me recordei de que, depois da visita que recebi, em Brasília, lá no Planalto, do Dr. Azulay, do Dr. Marsillac, do Dr. Adib Jatene e de outros companheiros, fiz uma exposição no Tribunal de Contas da União. E falávamos sobre as reformas – era uma sessão solene, também, lá do Tribunal de Contas – que estamos tentando implementar no Brasil.

1. Eu disse que a função dos Tribunais, hoje, passa a ser uma função decisiva – me referia especificamente ao Tribunal de Contas – porque um país que precisa de tantas reformas, como o Brasil, não

pode perder, também, as suas raízes, precisa de órgãos equilibrados e independentes das paixões, que permitam recolher o que há de positivo no ímpeto da renovação, mas que não se esqueçam da História. E mencionei o fato de que um país que possui uma Academia como esta, com tantos anos, é um país que começa a poder dizer, com tranqüilidade, que ele pode se reformar, e vai ser sempre – de certa maneira, mesmo – no bom sentido; não no sentido do imobilismo, mas no sentido de que tem fontes de inspiração. E esta Academia é, certamente, uma das nossas fontes de inspiração.

2. Saúde, portanto, esta Academia. Agradeço, imensamente, a distinção que me foi conferida e que só não me foi imposta, como se diz normalmente, pelo Dr. Azulay porque, por razões protocolares, o Presidente da República não pode receber condecorações senão de outro Presidente da República. Mas ela está dentro do meu coração – não está pendurada no meu peito, mas está dentro do meu coração, porque, realmente, o significado desta homenagem é o significado de um reencontro entre a Academia e o Poder, entre a Academia e o Governo, expresso pelo Presidente e pelos Ministros que aqui estão.

Também quero dizer que, ao entrar aqui, ao ver o mobiliário da Academia, eu me recordei – mormente agora, ao olhar para o ex-Embaixador e Deputado Roberto Campos, que foi Embaixador na Inglaterra, quando andei por lá, em Cambridge –, eu me recordei bastante daquelas cerimônias cambridgeanas, nas quais eu andava não de *smoking*, mas de beca. Isso tinha, no início, um significado um pouco surpreendente para um pobre professor dos trópicos. Mas, depois, vê-se que, de alguma maneira, também há um simbolismo nisso tudo, simbolismo que tem a ver com o que eu disse há pouco, com o fato de que, o lugar que mais se renova, a Universidade de Cambridge, seguramente uma Universidade inovadora, é também o lugar que faz preito às suas tradições. Esta Academia resume isso.

E, ao ouvir agora a exposição tão pertinente, do Dr. Azulay, a lista tão impressionante de avanços produzidos por médicos brasileiros, muitos dos quais, desta Academia, fica bem claro o sentido do

que estou dizendo aqui. Há compatibilidade entre a continuidade das tradições e a capacidade de inovar e de renovar.

Senhoras e Senhores, este é um ano em que, segundo fui informado, se pede que, na Semana da Saúde, que está terminando agora, haja algumas reflexões a respeito da saúde e da cidade. E nós, no Brasil, que somos um país de vocação urbana, e de vocação urbana recente – faz poucas décadas, éramos um país eminentemente rural e, agora, somos um país eminentemente urbano –, temos que tratar da saúde e da cidade.

Cidade saudável significa, praticamente, tratar da saúde no conjunto da população brasileira. Talvez o que antes, realmente, era a maior preocupação e perturbação nossa, o problema da pobreza rural, hoje, de alguma maneira, essa pobreza se deslocou e veio para as grandes cidades, como é o caso do Rio de Janeiro.

Então, acredito que nós todos, com a liderança do Ministro da Saúde, com o apoio eficaz do Ministro da Educação, mesmo em matéria de saúde, devemos ter uma postura muito clara sobre a necessidade de nos defrontarmos com essa questão pungente de como melhorar as condições de vida das nossas populações, de tal maneira que possamos assegurar a elas uma vida saudável. Difícil nós todos sabemos que é. Custoso – também sabemos. Escassez de recursos todos conhecemos; alguns até já conhecemos tanto que, quando um olha para o outro, já sabe do que é que se trata.

Não obstante, é preciso, também, reconhecer que tem sido feito um grande esforço no Brasil para que se dêem respostas, respostas que ainda não estão à altura do que desejamos; mas, certamente, estamos movendo as instituições no sentido de que elas possam vir a atender a essa demanda tão generalizada da população brasileira. E as pesquisas atestam isto: que a demanda número um geralmente é saúde, hospital, emprego – educação um pouco menos, porque já existe uma capilaridade maior, percepção maior da população de que pode ter acesso à educação.

Nós estamos fazendo um grande esforço – nós, eu digo, não é o Governo, é o País, é a sociedade – para que haja acesso às condições

de tratamento de saúde. Por enquanto, ainda estamos muito preocupados e perturbados, mais talvez com a doença do que com a saúde. O passo da doença para a saúde depende do crescimento econômico, depende de condições de vida que assegurem à população o mínimo de conhecimento, em primeiro lugar – depende, portanto de educação, para que possa se defender e tratar de maneira adequada as questões que vão, mais tarde, dizer respeito à saúde. Mas depende, também, de uma boa nutrição, uma boa alimentação e de uma série de condições que implicam tratamento de água, que implicam esgoto, que implicam, portanto, o aumento da oferta de infra-estrutura.

Essas as questões básicas, sem as quais vamos sempre correr contra o prejuízo, porque não teremos condições de atender à demanda de saúde, já que ela é exponencial e os recursos, no máximo, vão crescendo em uma progressão aritmética. Nunca vamos chegar a alcançar a demanda, se não formos capazes de transformar, efetivamente, as condições de vida da população.

Vejo, às vezes, pasmo, algumas pessoas dizerem que nós nos preocupamos mais com a economia do que com a sociedade, do que com o social. Ledo engano. Se não houver preocupação com o desenvolvimento e se essa preocupação não for, também, uma que inclua os aspectos sociais do processo de desenvolvimento, estaremos numa sociedade que não tenha nem seus interesses atendidos nem o desenvolvimento efetivo, porque não vamos entrar, como disse o Dr. Azu- lay, para o Primeiro Mundo com um grau de saúde precário e com um grau de educação deficientíssimo.

Ou nós entendermos isso e percebermos que o processo de transformação econômico tem que ser ao mesmo tempo social, ou não vamos dar os passos necessários. Hoje já há um entendimento nessa direção. Esse entendimento implica, também, que exista uma espécie de dedicação da sociedade, eu diria até mais, um esforço de solidariedade, que não significa caridade; é outra coisa: significa entrosamento do Estado com a União, com os municípios e descentralização, aperfeiçoamento de mecanismos,

como o Ministro Jatene está fazendo no SUS, o Ministro Paulo Renato faz na educação e o Governo todo se empenha em fazer neste momento. Esse esforço é de, efetivamente, ao mesmo tempo em que se descentralizam os instrumentos administrativos, buscar uma complementaridade, e não uma competição entre esses vários níveis hierárquicos da administração.

Também temos que reconhecer, com toda a simplicidade, que, mesmo que todo o Governo se empenhasse, como está empenhado, na alteração das condições sociais de existência, se a sociedade não suportar os processos de mudança e de transformação, os programas existentes, não se vai longe. É impossível. As mãos do Estado são cada vez mais engessadas e, mesmo que não fossem engessadas, serão sempre muito mais curtas do que o desejo da sociedade, a qual terá, necessariamente, de juntar-se ao esforço da administração, quando não até ultrapassá-lo e guiá-lo, para que possamos ter condições de saúde mais adequadas.

Claro, nesse processo todo, não basta ação administrativa, não basta o esforço de modificação da gestão, não basta a discussão a respeito dos recursos disponíveis, não basta sequer a preocupação que acabo de expressar, no sentido de que se tenha uma concepção do processo de crescimento econômico que inclua a dimensão social, e não que o social seja visto como uma coisa que se faz à margem do econômico ou, o econômico, à margem do social.

Tudo isso é importante, mas não é suficiente, porque, efetivamente, se não houver competência e capacidade tecnológica, não haverá como levar adiante esse processo de transformação.

Todos sabemos das dificuldades imensas dos nossos órgãos de pesquisa. Todos sabemos, Eu venho da área científica, também, venho da universidade e tenho a consciência bastante viva da limitação de recursos, mas também sei o que foi mostrado aqui e que, a despeito disso, quando se tem mesmo imaginação, pertinácia e vocação para pesquisa, faz-se. Nunca aceitei, embora reconheça sua importância, que o fator fundamental na criatividade seja o recurso material. Isso pelas experiências que tive no exterior, notadamente em Cambridge:

apesar da modéstia de recursos, conseguiu-se êxito frente ao vulto dos resultados alcançados.

Não estou pregando a pobreza nas instituições científicas, não. Só estou dizendo que é preciso mais do que recurso. É preciso que haja, realmente, uma vontade, dentro do pesquisador, que o leve à dúvida, que o leve a buscar alguma coisa inovadora, que o leve, portanto, a não se acomodar com uma ordem de conhecimento estabelecida. Isso não significa que as autoridades devam desconhecer a necessidade, que, no momento, é premente, de atendimento das áreas de pesquisa.

Ainda ontem, pude assinar um decreto criando o chamado Centro de Excelência, uma velha reivindicação da comunidade científica brasileira. Há uma quantidade de recursos – modesta, ainda: creio que são 60 ou 70 milhões de reais por ano, para este ano – que serão distribuídos aos núcleos de excelência. Estes serão qualificados pela própria comunidade científica, através de mecanismos onde se incorporam o CNPq, a Capes, o Ministério da Educação, o Ministério da Ciência; mas a comunidade tem lá, também, os seus representantes. Uma decisão que faço questão de manter é a de que a distribuição de recursos tem que ser feita através de processo livre de competição, aberto à competição, e não por canais burocráticos ou políticos. Deve haver, como em qualquer órgão que tenha responsabilidade intelectual no mundo, um espírito que leve a que o julgamento seja feito entre os pares com maior saber; que a competição seja aberta e seja público o critério de julgamento; e que a avaliação dos resultados também faça parte da rotina da nossa vida acadêmica, da nossa vida científica.

Acredito que, se juntarmos ao esforço e à decisão política, à organização burocrática, o apoio da sociedade e, sobretudo, a compreensão dos membros da Academia quanto à importância da pesquisa, se conseguirmos fazer isso – e estamos avançando nessa direção, no Brasil –, no decorrer do tempo realmente conseguiremos transformar um país, não sei de que mundo, se do primeiro ou segundo, ou que mundo seja, em um país capaz de oferecer condições mínimas de vida decente ao seu povo.

É com esse espírito que recebo esse honroso título de Presidente de Honra da Academia Nacional de Medicina. Nunca imaginei que pudesse ter tal título, porque não tenho a condição básica: não recebi sequer o grau (em Cambridge, obrigatório) de mestre, para depois, então, ser professor. De qualquer maneira, mesmo saltando todas as etapas – olhei para o Dr. Jatene, ele tem todos os títulos, e olho para o Ministro Paulo Renato, que está como eu, aqui –, ao recebermos esta glorificação que não vem dos nossos méritos na especialidade, tenho certeza de que será retribuída através dos nossos serviços à comunidade científica, à comunidade dos médicos, ao progresso do Brasil e ao bem-estar do nosso povo.

Agradeço muito aos senhores.